



HISTÓRIA E CIDADANIA

XIX Simpósio Nacional
de História-ANPUH

Organizadores
Ismênia de Lima Martins
Rodrigo Patto Sá Motta
Zilda Gricoli Iokoi

HISTÓRIA E CIDADANIA

XIX Simpósio Nacional da ANPUH
Belo Horizonte - MG - julho de 1997

vol. II

ANPUH
Humanitas
PUBLICAÇÕES
#FLCH/USP

1998

Cidadania: um simulacro das cidades

Sheila Schvarzman
CONDEPHAAT

Embora não sendo especialista na história de Belo Horizonte, resolvi refletir sobre esta cidade e a cidadania movida mais pelo conhecimento e prática sobre cidades, e aquilo que envolve o cotidiano de quem trabalha em preservação, do que por verdadeiro conhecimento da causa. O que me interessa discutir na história de Belo Horizonte é, justamente a idéia impressa em sua construção, que é a crença de poder, por meio do desenho e de preceitos técnicos e racionais, aliados à idéia da mudança e do novo, moldar a felicidade dos homens a partir do espaço.

Para quem hoje em dia, e cada vez com mais freqüência, vem se decepcionando em seu trabalho de manutenção do patrimônio histórico, da memória, e até mesmo do que se considera como condição mínima de sociabilidade e de respeito pelo semelhante, como a “civilidade”, o respeito à cidadania ou “urbanidade” (termos que a cidade cunhou), visitar os horizontes que informam essa lógica, quando estes eram ainda uma promessa, é indispensável, uma vez que, hoje, esses mesmos primados continuam a ordenar ininterruptos fracassos em nome de uma ordem econômica arqui-rentável.

A isso junta-se também o papel do Estado, que em São Paulo, abandona e deserta destas questões que de alguma forma lhe

interessaram e disseram respeito, ainda que ligados a interesses políticos imediatistas, em nome de lógicas tão pragmáticas quanto estreitas.

Assim, é a partir da ótica das utopias urbanas que Belo Horizonte me interessa.

Há ainda outro ponto de convergência que une Belo Horizonte, cidadania, arquitetura e história. Aarão Reis procurou desenhar a história. Vincou na cidade o presente e futuro, ao ordenar a distribuição e função dos espaços na vida de seus cidadãos. Nos anos 30 do nosso século, com a arquitetura moderna e a busca das raízes nacionais, os arquitetos, além de desenhar o presente e o futuro, passaram a definir também, a partir da sua lógica, no IPHAN, o rosto do passado, do que devia permanecer como identidade nacional.

Nessa história que se embasa na racionalidade técnica e cria uma visada monumental, que desconhece tudo aquilo que não vai de par com seus preceitos, os historiadores não tiveram lugar. A eles foi reservado o papel de memorialistas. (Seria possível dizer que os historiadores não viam esta questão como sua. Mas a rejeição às propostas humanistas de Mário de Andrade fala com eloquência sobre que tipo de visada cultural se produz em relação à constituição de um patrimônio nacional). É aqui, portanto, que a discussão sobre o lugar do historiador na constituição do que se define como patrimônio nacional ganha sentido.

Além disso, venho tentando entender a construção do Brasil que fizeram alguns mineiros, mais especificamente o cineasta Humberto Mauro. Foi por estas vias que me pus a pensar sobre tudo isso. Assim, vou abordar também um pouco da Belo Horizonte de 1928 vista por Humberto Mauro, quando procurava seduzir o conterrâneo Antônio Carlos para a causa do cinema brasileiro, construindo um argumento que, ao menos em sua introdução, apela fervorosamente aos mais profundos sentimentos da mineiridade. Trata-se do filme *Sangue mineiro*.

É oportuno discutir cidadania quando Belo Horizonte faz cem anos. Tendo surgido em 1897, oito anos depois de procla-

mada a república, os mineiros buscavam conciliar pela construção de uma nova capital as suas diferenças regionais, da mesma forma que marcar no espaço do próprio país o seu lugar: lugar de possibilidades, de riqueza, de capacidade de empreendimento, gestão e cidadania. E nada como a construção de uma nova cidade, de uma capital planejada para representar este fato.

Se já devíamos a Minas, com o ouro e o barroco, o surgimento de uma vida urbana mais intensa, de um novo tipo de relacionamento social, mais livre, onde era a cidade que preponderava, onde atividades como a música e a literatura vão frutificar, a construção de Belo Horizonte deveria ser em alguma medida a reedição deste sopro de liberdade marcado em 1792, símbolo de sua bandeira, e até nome do palácio do governo. Belo Horizonte vai configurar no espaço a liberdade como o emblema de Minas.

É através da construção de uma cidade baseada na racionalidade, no progresso, que a representação do lugar de Minas no interior da nação se formalizaria. É nela que estarão impressos os projetos transformadores, que por certo, no dia a dia da cidade, a história não confirmou.

No momento em que Belo Horizonte era gestada – entre 1893 e 1897–, o próprio conceito de cidade e sua organização estavam sendo questionados. Das reformas de Hausmann em Paris ao racionalismo jeffersoniano de Washington, aos bairros-jardim londrinos de Barry Parker, vários modelos de relacionamento social estão em questão.

A cidade tradicional, que cresceu desordenadamente com os avanços do liberalismo, afastara os homens de suas raízes rurais, transtornara seus modos de vida, tornara-se um dos motivos mais aparentes da falência social, da miséria. Tratava-se portanto de repensá-la: das idéias iluministas da École Polytechnique ao socialismo utópico, a regeneração do homem mergulhado na miséria e na revolta deveria ser buscada. Muitos desses projetos passam a ter concretude no risco do papel.

Se até as reformas de Hausmann em Paris (1856-1870) o centro das preocupações urbanísticas é ainda pontuar o lugar do poder e a monumentalidade, a circulação e o controle social no espaço ganham importância com a abertura das grandes avenidas imunes às barricadas que a cidade intrincada permitira em 1848. É a partir dessa mentalidade que a equipe de Aarão Reis, egressa da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, pensa a nova cidade. Com Barry Parker e os socialistas utópicos surgem as idéias do retorno à natureza, da qual os homens haviam sido arrancados, e da divisão da cidade por função, herdeira já das preocupações francesas. Vida privada e trabalho se separam. Segregam-se as indústrias e o proletariado – a sujeira e os protestos. O funcionamento social se redesenha racionalmente na prancheta, e se crê o gérmen primeiro de toda a transformação do funcionamento da sociedade.

336 A cidade ordenada exerceria o controle sobre os indesejáveis, o afastamento das agitações dos trabalhadores com suas reivindicações, a exposição de sua miséria e de suas atividades, a partir de um discurso técnico e higienista. Por outro lado, dava ao indivíduo, no recanto do seu lar – novidade burguesa do século XIX – a possibilidade do reencontro com a natureza e o belo da paisagem construída, criando uma vida mais saudável e portanto homens mais felizes.

É em meio a estas concepções que se desenha a nova capital mineira. Ela seria ao mesmo tempo a sede de um poder conciliado entre as diferentes regiões: Minas Gerais, Zona da Mata, que buscavam hegemonia no Estado, conforme aponta Helena Bomeny em seu *Os guardiões da razão*¹. Da mesma forma, esta conciliação estaria também inscrita no espaço interno da cidade, devidamente arranjado e equilibrado. Uma conciliação desdobrada, dentro e fora de Minas, que dá ensejo, segundo Bomeny², a esse grande arranjo que é a mineiridade, cujo amálgama a autora localiza no movimento que deu origem à construção da nova capital. A construção de Belo Horizonte encerra, diz a autora, citando Afonso Arinos, “uma tradição em Minas, um momento do século passado,

romântico e oratório, trazendo uma nova mentalidade, mais de acordo com a característica do século XX – a técnica, o ideal de progresso, a modernização industrial”.

A cidade se divide por funções, ela é racional: separa ricos de pobres, trabalho do viver, lazer, atividades administrativas e exercício do poder. E todos os caminhos convergem para a Praça da Liberdade, o Palácio da Liberdade, inclusive uma avenida chamada Brasil. Não se poderia construir melhores emblemas do lugar de Minas e de Belo Horizonte, para essa geração, do que esta concepção espacial no corpo da cidade. (Seria a nossa Étoile?)³.

SERIA ESSE NOVO ESPAÇO PORTADOR DE CIDADANIA?

Seriam a racionalidade da divisão por funções, a organicidade entre elas, a salubridade garantias do exercício da liberdade democrática, da igualdade e portanto da cidadania?

Sabemos que, no discurso, esses termos que invocam o progresso técnico e científico tiveram longa permanência, e têm ainda, embora no espaço o aumento da circulação apenas provoque mais circulação e a divisão do espaço, a segregação social. O liberalismo se traveste em liberdade. Belo Horizonte não realiza sua promessa de modernidade. A mudança geográfica e o aspecto cosmopolita da arquitetura não criam a fórceps uma mentalidade metropolitana e cidadina. O papel de Minas também não cresce no cenário nacional, uma vez que sua economia não muda significativamente, apesar do incremento causado pelas atividades de construção de Belo Horizonte e já nos anos 20 parece, ao menos no dizer de Carlos Drummond de Andrade, citado por Bomeny⁴, misturar uma grandiosidade sem escala verdadeira com seus habitantes.

Por que ruas tão largas?
 Por que ruas tão retas?
 Meu passo torto
 de onde venho.
 Não sei andar na vastidão simétrica
 implacável
 Cidade grande é isso?

Essa mesma imagem é nítida na Belo Horizonte filmada em *Sangue mineiro* em 1927 por Humberto Mauro. A cidade, que completara trinta anos, não mobiliza o diretor mineiro, que viria a se tornar, com esta e outras obras, um dos maiores cineastas brasileiros. O filme, que anuncia como tema a evocação das profundas tradições mineiras, embora se abra com uma tomada em panorâmica da capital, com seus principais atrativos, é depois rodado inteiramente em Cataguases, cidade da Zona da Mata mineira, e nos interiores da casa de José Mariano Filho, no Rio de Janeiro, em estilo neocolonial, o que é bastante significativo da pouca identidade que sentem os próprios mineiros em relação à cidade de feições européias. Prova disso é que Mauro, ao compor um personagem que ele chama “mineiro de tradição”, coloca-o no interior da casa de Mariano Filho. Esta casa, construída nos anos 20, em “estilo brasileiro”, funcionava como um manifesto vivo do ideário do que seria a verdadeira arquitetura nacional de então. Tratava-se na realidade de uma mistura de elementos do barroco mineiro e português. Um ecletismo de feições barrocas.

338

Como mostra Helena Bomeny⁵, a significativa geração de intelectuais mineiros que se formou na Rua da Bahia, em Belo Horizonte, nos anos 20 (Carlos Drummond, Abgar Renault, Rodrigo de Mello Franco, Pedro Nava, Gustavo Capanema), migra para o Rio de Janeiro e é lá, na capital da República, que vai desenvolver o projeto modernizador centrado na educação – enfim, tudo aquilo a que a construção de Belo Horizonte poderia aspirar. Entre os vários projetos, Gustavo Capanema é responsável pela instalação do IPHAN e do inovador Palácio da Cultura, o Edifício do Ministério da Educação e Saúde.

De novo a arquitetura é chamada a dar forma e perenizar no espaço um novo grupo político no poder que fazia fé na mudança, e da modernidade o seu emblema. Se Corbusieur não conseguira ainda construir nenhum edifício de vulto em seu próprio país, é aqui que vai, junto com Lúcio Costa e Niemeyer, mostrar de forma mais clara o seu projeto. É bom lembrar que em 1936 o Morro do

Castelo, no Rio de Janeiro, está sendo modificado, sediando de forma contundente e monumental o novo regime que se instalava e marcava com esses edifícios a sua permanência. Pouco importa a vizinhança do moderno Ministério da Educação com a arquitetura francamente fascista do Ministério da Fazenda. Ao contrário, ambos são as duas faces de uma mesma moeda. O que é importante reter é a construção no espaço do estado que se denomina “novo”. É em nome deste novo que Capanema abandona o projeto *art-deco* vencedor, de Arquimedes Memória, e contrata outro que melhor espelhava, por seu arrojo, suas verdadeiras aspirações. “Convencido de que um órgão novo pede uma casa ajustada e esse espírito o governo remeteu (o projeto) à crítica dos especialistas em urbanismo, engenharia sanitária e administração pública” (Rodrigo Melo Franco de Andrade).

Mas são os mesmos arquitetos (Niemeyer, Lúcio Costa, Carlos Leão) que estão desenhando o nosso futuro, que vão determinar o passado com a criação do IPHAN em 1937, com Rodrigo Mello Franco de Andrade. O Brasil “de verdade” começou em Minas com o barroco.

Da mesma forma que desenham edifícios, cidades, desenham também a história, e o que dela preservar. A vida passada que deve perdurar como herança e história, e a vida futura são objetos de construção da arquitetura.

Brasília é mais uma tentativa de criar a fórceps um país moderno. Aqui de novo o sonho de um presidente mineiro e o desenho urbano se unem para forjar um novo homem. Conhecemos os desdobramentos. Mas cabe lembrar uma observação de Le Corbusier feita em 1927 e apontada por Marshall Berman em *Tudo que é sólido desmancha no ar*. Como observou Berman, em 1927 Le Corbusier já fizera o último grande salto da modernidade, que unia o primado da circulação rápida à máquina, e o homem da rua se transforma no homem do carro que Brasília e as cidades atuais hoje tanto espelham. O novo homem, diz Le Corbusier, precisa de “outro tipo de rua”, que será “uma máquina

para o tráfego” ou, para variar a metáfora básica, “uma fábrica para produzir tráfego”. Uma rua verdadeiramente moderna precisa ser “bem equipada como uma fábrica”. “Nessa rua, como na fábrica moderna, o modelo mais bem equipado é o mais altamente automatizado: nada de pessoas, exceto as que operam as máquinas, nada de pedestres desprotegidos e desmotorizados para retardar o fluxo”⁶.

Hoje, quando vivemos de forma intensa sob o primado destas noções, sem qualquer das contrapartidas utópicas que lhes davam sentido, a noção de cidadania construída a partir do espaço mostra todos os seus limites.

Se isso é pertinente para cada um de nós enquanto cidadãos de suas cidades, é pertinente também como historiadores. Como historiadores envolvidos com a preservação, corremos atrás do tempo – como sempre – em busca do nosso lugar nessa história toda (com pelo menos trinta anos de atraso), em busca de outros passados, não apenas marcos fundadores da brasilidade, ou assemelhados, ou manifestações de estilos e técnicas construtivas. Corremos atrás de tantas outras expressões quantas nos for possível ainda resgatar, correndo contra essa mesma racionalidade que, ao imprimir hoje a desistoricização de que fala Hobsbawm⁷, reifica o novo como o elemento regenerador de um presente perpétuo, tornando portanto a preservação do patrimônio não mais um elemento de constituição da cidadania, mas o seu simulacro.

Nos últimos anos a prática da preservação cultural tem sido marcada pela deserção paulatina do Estado. A lógica do mercado e da racionalidade, aliadas, torna preservável apenas aquilo que interessa ao marketing político ou o que não se choca com grandes interesses econômicos. Quando este está em pauta, o temor de que o Estado venha a ser acionado e, se perder, tenha que ser onerado, pagando uma indenização a um proprietário, faz com que, na realidade, o poder econômico paute as ações atuais de preservação.

A lógica do capital se sobrepõe à lógica da cidadania. O reconhecimento de interesses comuns, de fundo social e de identidade parece perder a consistência frente à lógica da racionalidade, que

aspira pelo novo e rentável. Ao mesmo tempo, no reverso desta mesma moeda, tendo sempre o capital como fiel da balança, em geral os grupos ou pessoas que reivindicam a preservação de algum bem são aquelas de nível sócio-econômico médio e alto, morando em bairros deste mesmo padrão. Isso faz com que o órgão, não tendo condições (materiais, salariais, de infra-estrutura burocrática) de inventariar os bens de interesse cultural no estado, não tenha qualquer política específica, e tenha a sua ação conformada por esta lógica, já que, a reboque da corrida do capital, e respondendo, na esmagadora maioria das vezes, a demandas pontuais de pessoas ou grupos organizados, o patrimônio que vai se constituindo se concentra em regiões de maior poder aquisitivo – são em geral edifícios residenciais – e praticamente desconhece construções industriais, habitações de trabalhadores etc.

A questão se torna mais afiliva na medida em que, hoje, as contendas entre interessados arbitradas pelo Judiciário partem da concepção de tombamento como uma restrição ao direito de propriedade privada. A partir desta ótica estreita, o Estado tem arbitrado contra o interesse social, em proveito do capital privado, mesmo que a proteção ao capital signifique danos sociais e econômicos muito maiores para toda uma enorme comunidade e para a própria memória cultural do país. O exemplo mais claro disso é a autorização para a instalação de um grande *shopping center* num bairro tradicional de São Paulo, vizinho de pelo menos vinte edificações em estudo de tombamento, e provavelmente o único no mundo no interior do centro tradicional, sem vias de escoamento de trânsito compatíveis.

Da nossa experiência de trabalho com patrimônio em São Paulo, passado, memória, nacionalidade e conseqüentemente cidadania só existem enquanto valor de troca, para aqueles que sabem ou podem obtê-la. É uma mercadoria.

Da utopia de uma sociedade igualitária, que parecia possível a partir do uso criterioso da técnica e do progresso elaborados nas pranchetas do século XIX e início do XX, passamos ao simu-

lacro da cidadania, convertida em “qualidade de vida” que só muitos poucos podem ter. A cidade organizada por funções, idéia concebida no auge do liberalismo e aplicada em Belo Horizonte no final do século passado, mostra então com nitidez a sua verdadeira face: a produção da segregação social. Em tempos de neoliberalismo, de combate à idéia de um Estado pelo menos regulador da selvageria da exploração do capital, o patrimônio histórico e arquitetônico edificado nas cidades é um entrave arcaico. Sua existência só é possível quando obedece à mesma lógica que está ordenando o tempo atual: a desregulamentação e o desmonte de todos os empecilhos que conduzem ao “fim da história”.

NOTAS

¹ BOMENY, Helena. *Os guardiões da razão*. Rio de Janeiro, UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.

² BOMENY, Helena. *op. cit.*, p. 53

³ Estou me referindo à Place de l'Étoile, parte fundamental do novo desenho de Paris formulado por Haussman, onde se encontra o Arco do Triunfo, construído em homenagem às vitórias de Napoleão. A esta praça convergem oito grandes avenidas, as oito pontas da estrela.

⁴ BOMENY, Helena. *op. cit.*, p. 56

⁵ BOMENY, Helena. *op. cit.*, p. 56

⁶ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 161

⁷ HOBBSAWN, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997. (introdução).